



## 23) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia

\_\_\_\_.ª Vara do Júri da Comarca de \_\_\_\_.<sup>1</sup>

Processo n.º \_\_\_\_\_

RELATÓRIO

FUNDAMENTAÇÃO

DISPOSITIVO:<sup>2</sup>

Ante o exposto, pronuncio o réu “R”, qualificado a fls. \_\_\_\_, como incurso nas penas do art. 121, § 2.º, I e III, do Código Penal, para que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

O réu não poderá aguardar o julgamento em liberdade, porque é reincidente em crime doloso contra a vida (certidão de fls. \_\_\_\_), além de registrar antecedentes criminais por outros delitos (fls. \_\_\_\_), nos termos do art. 408, § 2.º, do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão.<sup>3</sup>

OU

O réu não poderá aguardar o julgamento em liberdade, pois, embora primário, registra vários antecedentes criminais, pela prática de outros delitos dolosos, nos termos do art. 408, § 2.º, do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão.<sup>4</sup>

OU

O réu não poderá aguardar o julgamento em liberdade, pois, embora primário e sem antecedentes, cometeu crime grave, sujeito a elevada pena, além de ter empreendido fuga após o cometimento da infração penal, encontrando-se em lugar desconhecido até o momento, colocando em risco a efetiva aplicação da lei penal (art. 312 do CPP).<sup>5</sup> Expeça-se mandado de prisão.<sup>6</sup>

P. R. I.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Direito

<sup>1</sup> Há Comarcas onde não há Vara Privativa do Júri. A decisão de pronúncia será proferida por juiz de Vara Criminal comum.

<sup>2</sup> A prisão por pronúncia é matéria a ser tratada no dispositivo da sentença.

<sup>3</sup> A reincidência e os maus antecedentes do réu, associados à admissibilidade da acusação por homicídio duplamente qualificado, permite supor que a ordem pública está em risco. Por isso, decreta-se a prisão.

<sup>4</sup> Nesta hipótese, embora primário, o réu tem antecedentes criminais e a imputação refere-se a crime grave, o que também permite supor estar a ordem pública em risco. É a razão da prisão cautelar.

<sup>5</sup> O réu é primário e não registra antecedentes, porém praticou crime grave e fugiu, o que configura situação propícia à decretação da preventiva. Lembremos, ainda, que a intimação da decisão de pronúncia deve ser pessoalmente realizada. Logo, a fuga do acusado é motivo para a custódia cautelar.

<sup>6</sup> É importante ressaltar que, quando presentes os requisitos da prisão preventiva, em regra, o réu já deve estar preso por ocasião da pronúncia. Nesse caso, o juiz deve confirmar que permanecerá custodiado, demonstrando que os motivos da prisão permanecem presentes.